

Sumário

Considerações preliminares	21
----------------------------------	----

Parte 1 IMPOSTOS MUNICIPAIS

Capítulo 1

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU).....	25
1. Panorama geral da regra matriz de incidência tributária.....	25
1.1. Critério Material	25
1.2. Critério Espacial	30
1.3. Critério Temporal	33
1.4. Critério Pessoal	33
1.5. Critério Quantitativo	38
1.5.1. Base de cálculo	38
1.5.2. Alíquotas.....	39
1.5.2.1. A progressividade extrafiscal ou IPTU progressivo no tempo	40
1.5.2.2. Progressividade fiscal ou IPTU em razão do valor do imóvel	42
1.5.2.3. A seletividade do IPTU	44
1.6. Lançamento	44
2. Mapa mental	45

Capítulo 2

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN)	47
1. Conformação constitucional e a Lei Complementar 116/2003.....	47
1.1. Exclusão constitucional do campo de incidência	47
1.2. Atribuições dadas à lei complementar.....	48
2. Panorama geral da regra matriz de incidência tributária.....	49
2.1. Critério material.....	50
2.1.1. Situações excluídas do conceito de serviço	50
2.1.1.1. “Prestações de dar”	50
2.1.1.2. Autosserviço, serviço gratuito, regime de emprego e atividades meio.....	52
2.1.2. Das alterações na Lista Anexa da LC 116/2003, trazidas pela LC 157/2016.....	53
2.1.3. Imunidade	55
2.1.4. Lista anexa à LC 116/2003.....	56
2.2. Critério temporal.....	59
2.3. Critério espacial	61
2.4. Critério pessoal.....	66

2.4.1. ISSQN e a Substituição Tributária ou Responsabilidade Tributária do tomador de serviços	66
2.5. Critério quantitativo	69
2.5.1. Alíquotas.....	69
2.5.2. Base de Cálculo.....	70
2.5.2.1. ISSQN Fixo.....	72
2.5.2.2. Base de cálculo dos serviços mistos	73
2.6. Lançamento	75
3. Mapa mental.....	76

Capítulo 3

IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER VIVOS (ITBI)	79
1. Histórico e competência tributária dos impostos incidentes sobre a transmissão de bens.....	79
2. Panorama geral da regra matriz de incidência tributária.....	80
3. Regra matriz de incidência tributária	81
3.1. Critério Material	81
3.1.1. Transmissão por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou por acessão física.....	81
3.1.2. Transmissão, inter vivos , a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os de garantia e as servidões.....	86
3.1.3. Cessão, por ato oneroso, de direitos relativos à aquisição de bens imóveis	90
3.2. Critério Espacial	90
3.3. Critério Temporal	91
3.4. Critério Pessoal	92
3.5. Critério Quantitativo	93
3.5.1. O ITBI e a progressividade de suas alíquotas	94
4. Imunidade relativa aos eventos societários.....	95
5. Lançamento.....	96
6. Mapa mental	97

Parte 2

IMPOSTOS ESTADUAIS

Capítulo 4

IMPOSTO CAUSA MORTIS E DOAÇÕES (ITCMD)	101
1. Panorama geral da regra matriz de incidência tributária.....	101
2. Histórico	102
3. Contornos constitucionais do ITCMD.....	102
3.1. A fixação de alíquotas máximas pelo Senado Federal	102
3.2. Estado competente para a cobrança	102
4. Regra matriz de incidência tributária	105
4.1. Critério Material	105
4.1.1. ITCMD na sucessão causa mortis	106
4.1.2. ITCMD na doação.....	108
4.1.2.1. Doação de Bens Imóveis.....	108
4.1.2.2. Doação de Bens Móveis.....	110
4.2. Critério Pessoal	110

SUMÁRIO

4.3. Critério quantitativo	110
4.3.1. Base de cálculo	110
4.3.2. Alíquotas.....	111
5. Lançamento.....	113
6. Curiosidades e Peculiaridades acerca do ITCMD	113
6.1. Renúncia abdicativa da herança.....	114
6.2. Renúncia translativa da herança (ou <i>in favorem</i>) e cessão de direitos hereditários	114
6.3. Aceitação por credores prejudicados em nome do herdeiro renunciante.....	114
6.4. Doação em contemplação ao merecimento do donatário ou doação remuneratória	115
6.5. Partilha desigual.....	115
6.6. Morte do donatário e retorno do bem ao doador, revogação e nulidade de doação.....	116
7. Mapa mental.....	116

Capítulo 5

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA)	119
1. Panorama geral da regra matriz de incidência tributária.....	119
2. Histórico, finalidade, classificação	121
3. Contornos constitucionais.....	123
3.1. Fixação de alíquotas mínimas pelo Senado Federal (SF).....	123
3.2. Alíquotas diferenciadas (seletivas) em função do tipo e utilização do veículo automotor.....	123
4. Regra matriz de incidência tributária	126
4.1. Critério material.....	126
4.2. Critério temporal.....	127
4.3. Critério espacial	128
4.4. Critério pessoal.....	129
4.4.1. Sujeito Ativo	129
4.4.2. Sujeito Passivo	129
4.5. Critério quantitativo	131
4.5.1. Base de Cálculo.....	131
4.5.2. Alíquotas.....	133
5. Lançamento.....	134
6. Mapas mentais	136

Capítulo 6

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS)	141
1. Histórico	141
2. Uma sigla: cinco impostos	141
3. Finalidade, classificação e lançamento	142
4. Legislação.....	145
5. Contornos constitucionais.....	146
5.1. Competência da Lei Complementar.....	146
5.2. Deliberações para a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais.....	148
5.3. Competência do Senado Federal para fixação de alíquotas.....	151
5.4. Responsabilidade tributária por substituição ou substituição tributária (ou originária ou de 1º grau).....	153

5.4.1.	Responsabilidade Tributária por Substituição regressiva, antecedente ou para trás ou diferimento	154
5.4.2.	Responsabilidade tributária por substituição tributária progressiva, subsequente ou para frente	156
5.4.3.	Substituição tributária concomitante.....	160
6.	ICMS sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal	162
7.	ICMS sobre serviços de comunicação	165
8.	ICMS sobre operações mercantis	170
8.1.	Regra matriz de incidência tributária.....	170
8.1.1.	Critério material	170
8.1.1.1.	Conceito de mercadoria	170
8.1.1.2.	Circulação Jurídica	173
8.1.1.3.	Negócios jurídicos realizados com habitualidade.....	175
8.1.2.	Critério temporal	176
8.1.3.	Critério espacial.....	177
8.1.4.	Critério subjetivo	178
8.1.4.1.	Sujeito Passivo.....	178
8.1.4.2.	Sujeito Ativo.....	179
8.1.5.	Critério quantitativo	180
8.1.5.1.	Base de cálculo	180
8.1.5.2.	Alíquotas.....	187
8.1.5.2.1.	Alíquotas internas nas operações internas.....	187
8.1.5.2.2.	Alíquotas nas operações interestaduais	188
9.	Princípios norteadores	195
9.1.	Seletividade.....	195
9.2.	Princípio da não cumulatividade	196
9.2.1.	Operacionalização da não cumulatividade	197
9.2.2.	Condições para a não cumulatividade.....	199
9.2.3.	A não cumulatividade do ICMS na LC nº. 87/96	202
10.	ICMS sobre produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e de energia elétrica	205
11.	O ICMS e o arrendamento mercantil	209
12.	O ICMS e a base de cálculo da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).....	212
13.	Mapas mentais.....	214

Parte 3 TRIBUTOS FEDERAIS

Capítulo 7

IMPOSTO DE RENDA (IR)	225
1. Teoria geral.....	225
1.1. Histórico.....	225
1.2. Contornos constitucionais	225
1.2.1. Repartição da arrecadação	225
1.2.2. Princípios norteadores.....	227
1.3. Finalidade.....	232
1.4. Critério material.....	232
1.4.1. Renda ou proventos de qualquer natureza.....	233

SUMÁRIO

1.4.2.	Caracterização como riqueza nova	236
1.4.3.	Aquisição da disponibilidade da renda ou do provento de qualquer natureza	237
1.4.4.	Diferença entre patrimônio, renda e rendimento	239
1.4.5.	As indenizações e o imposto de renda.....	241
1.4.6.	Os juros e o imposto de renda	245
1.5.	Critério temporal.....	246
1.6.	Critério pessoal.....	249
1.6.1.	Sujeito Ativo	249
1.6.2.	Sujeito Passivo	249
1.7.	Critério espacial	250
1.8.	Lançamento	252
2.	Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)	253
2.1.	Legislação	253
2.2.	Pessoas físicas sujeitas ao IR.....	253
2.3.	Apuração	253
2.3.1.	Retenção na fonte.....	253
2.3.1.1.	Deduções.....	256
2.3.2.	Carne Leão – IRPF sobre valores recebidos de pessoas físicas.....	264
2.3.3.	Ajuste Anual.....	265
2.3.4.	Tributação definitiva	266
2.3.4.1.	Ganhos de capital	266
2.3.4.1.1.	Isenções.....	267
2.3.5.	Prêmios em dinheiro	269
2.3.6.	Aposta conjunta em loteria	270
2.3.7.	Prêmios em bens e serviços.....	270
2.3.8.	Sorteios, concursos e loterias	270
2.3.9.	Juros sobre capital próprio	270
2.3.10.	13º salário recebido acumuladamente com rendimentos de outra natureza	271
2.4.	Empresas individuais equiparadas a pessoas jurídicas para efeito de tributação pelo IR.....	271
2.5.	Critério quantitativo	271
2.5.1.	Base de Cálculo.....	271
2.5.2.	Alíquotas.....	272
2.5.2.1.	Alíquotas sobre Renda do Trabalho	272
2.5.2.2.	Alíquotas sobre Rendas de Capital.....	273
2.5.3.	Isenções especiais	273
2.5.3.1.	No caso de doação pura para pessoas físicas	273
2.5.3.2.	Para os portadores de doenças graves	273
2.6.	Apuração e tributação de rendimentos recebidos acumuladamente	274
3.	Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	277
3.1.	Critério material	277
3.2.	Critério espacial	278
3.3.	Critério temporal.....	281
3.4.	Critério subjetivo.....	281
3.5.	Critério quantitativo	283
3.5.1.	Lucro Real.....	284
3.5.1.1.	Lucro Líquido	284
3.5.1.2.	Apuração do Lucro Real a partir do Lucro Líquido	285

3.5.1.3.	Pessoas Jurídicas obrigadas ao Lucro Real	289
3.5.1.4.	Alíquotas.....	290
3.5.1.5.	Regime da competência e momento do reconhecimento da receita	291
3.5.2.	Lucro Presumido	291
3.5.3.	Lucro arbitrado	294
3.5.3.1.	Apuração do lucro arbitrado quando a receita bruta for conhecida	296
3.5.3.2.	Apuração do lucro arbitrado quando a receita bruta não for conhecida.....	297
3.6.	Período de Apuração	299
4.	MAPAS MENTAIS.....	300

Capítulo 8

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)	309
1. Panorama geral da regra matriz de incidência tributária.....	309
2. Histórico	309
3. Legislação.....	310
4. Regra matriz de incidência tributária	311
4.1. Critério material.....	311
4.2. Critério temporal.....	318
4.3. Critério subjetivo.....	321
4.3.1. Sujeito ativo	321
4.3.2. Sujeito Passivo	322
4.3.3. Estabelecimento industrial	324
4.3.4. Equiparado a industrial	324
4.3.4.1. As hipóteses ensejadoras de equiparação obrigatória.....	324
4.3.4.2. Detalhamento das equiparações obrigatórias mais corriqueiras	326
4.3.4.3. Equiparação Facultativa (arts. 11 a 13 do RIPI/10)	329
4.3.4.4. Responsáveis.....	330
4.4. Critério quantitativo	333
4.4.1. Base de cálculo	333
4.4.1.1. Descontos	336
4.4.1.2. O IPI na base de cálculo do ICMS.....	337
4.4.2. Alíquota	339
5. A não cumulatividade e o crédito de IPI.....	344
6. MAPAS MENTAIS.....	351

Capítulo 9

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (IOF)	353
1. Base legal.....	353
2. Contornos constitucionais.....	353
2.1. Extrafiscalidade e a atenuação à legalidade e a exceção às anterioridades.....	353
2.2. Incidência monofásica sobre o Ouro	355
2.3. Imunidade Recíproca e o IOF	356
3. Uma sigla cinco impostos	357
4. IOF crédito.....	358
4.1. Regra matriz de incidência tributária	358
4.1.1. Critério material.....	358

SUMÁRIO

4.1.2.	Critério temporal	361
4.1.3.	Critério pessoal.....	362
4.1.4.	Critério quantitativo.....	362
4.2.	Cobrança e recolhimento.....	366
5.	IOF Seguro	367
5.1.	O contrato de seguro	367
5.2.	Regra matriz de incidência tributária.....	368
5.2.1.	Critério Material.....	368
5.2.2.	Critério Temporal	368
5.2.3.	Critério Espacial	368
5.2.4.	Critério Pessoal	368
5.2.5.	Critério Quantitativo.....	369
5.3.	Cobrança e Recolhimento	370
6.	IOF câmbio.....	370
6.1.	Contrato de Câmbio	370
6.1.1.	Contrato de Câmbio de Exportação	371
6.1.2.	Contrato de Câmbio de Importação.....	371
6.1.3.	Contrato de Câmbio para Transferência Financeira.....	372
6.2.	Regra matriz de incidência tributária.....	372
6.2.1.	Critério Material.....	372
6.2.2.	Critério Temporal	373
6.2.3.	Critério Pessoal	373
6.2.4.	Critério Quantitativo.....	373
6.2.5.	Cobrança e Recolhimento	376
7.	IOF títulos e valores mobiliários.....	377
7.1.	Questões preliminares sobre títulos e valores mobiliários.....	377
7.2.	Regra matriz de incidência tributária.....	378
7.2.1.	Critério Material.....	378
7.2.2.	Critério Temporal	379
7.2.3.	Critério Pessoal	379
7.2.4.	Critério Quantitativo.....	380
7.2.4.1.	Base de Cálculo.....	380
7.2.4.2.	Alíquota	381
7.3.	Cobrança e recolhimento.....	384
8.	Mapas mentais.....	385
Capítulo 10		
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL - ITR		393
1.	Histórico	393
2.	Fundamentos na CRFB e no Ctn.....	393
3.	Características.....	394
3.1.	Extrafiscalidade	394
3.2.	Progressividade (e regressividade).....	395
3.3.	Imunidade das pequenas glebas.....	396
3.3.1.	Conceito de pequena gleba.....	397
3.3.2.	Isenção – art. 2º, II, Lei nº. 9.393/96	397
3.4.	Delegação da capacidade tributária ativa	398
4.	Regra matriz de incidência tributária	401
4.1.	Critério Material	401
4.2.	Critério Espacial	402

4.3. Critério Temporal	404
4.4. Critério Pessoal	404
4.4.1. Sujeito Ativo	404
4.4.2. Sujeito Passivo Contribuinte	404
4.5. Critério Quantitativo	407
4.5.1. Base de Cálculo	407
4.5.2. Alíquotas	409
5. Lançamento do ITR	410
6. Isenção do imóvel compreendido em programa oficial de reforma agrária	411
7. Mapas mentais	412

Capítulo 11

TRIBUTOS ADUANEIROS	417
1. A importação	417
2. Regimes tributários	418
2.1. Regime Tributário Especial (RTE)	418
2.2. Regime de Tributação Simplificada (RTS)	420
2.3. Regime Tributário Ordinário (RTO)	425
3. Procedimentos envolvendo uma importação sob o regime tributário ordinário ou comum	426
3.1. Habilitação para promover importações	426
3.1.1. Pessoa jurídica de direito privado e as importações com habitualidade	426
3.1.2. Pessoa física e sua habilitação junto ao RADAR	428
3.2. A escolha do produto estrangeiro a importar e a verificação quanto à existência de eventuais obstáculos à importação e restrições legais ou administrativas	429
3.3. A análise do custo da importação pretendida e a busca do exportador	430
3.4. Recebimento pelo importador da Fatura <i>pro forma</i> ou <i>commercial invoice</i>	430
3.5. O pagamento e a carta de crédito	431
3.6. Contrato de Câmbio	431
3.7. Licenciamento	433
3.7.1. Importações sujeitas a Licenciamento Automático	433
3.7.2. Importações sujeitas a Licenciamento Não Automático	434
3.8. Preparação para o embarque do produto	435
3.9. Chegada da carga ao Brasil	435
3.10. Despacho Aduaneiro de Importação	436
3.11. Declaração de Importação e sua instrução	437
3.12. Prazo para início do despacho aduaneiro	438
3.13. Parametrização	438
3.14. Desembaraço Aduaneiro	439
4. Panorama da importação	439

Capítulo 12

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO (I.I.)	441
1. Panorama geral da regra matriz de incidência tributária	441
2. Histórico	441
3. Legislação	442
4. Natureza regulatória	442
4.1. A atenuação aos Princípios da Legalidade, da Anterioridade e da Noventena em razão da natureza regulatória do II e do IE	442

SUMÁRIO

4.2. A natureza regulatória diante do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).....	446
4.3. Alteração Definitiva da TEC	447
4.3.1. Alteração Temporária da TEC.....	448
4.3.2. Ex-tarifários para bens de capital (BKs) e de informática e telecomunicações (BITS).....	448
4.3.3. Ex-tarifário – demais produtos excepcionados à TEC	449
4.3.4. Redução por desabastecimento ou pela baixa produção.....	450
5. Regra matriz de incidência tributária	452
5.1. Critério Material	452
5.1.1. A entrada de produto estrangeiro no território brasileiro e não a celebração de contrato de compra e venda de produto estrangeiro	452
5.1.2. Produto estrangeiro e não apenas mercadoria estrangeira.....	453
5.1.3. Entrada com <i>animus</i> de definitividade.....	456
5.1.4. Hipóteses de não incidência	457
5.1.5. O caso peculiar do produto estrangeiro extraviado. Fato gerador presu- mido	458
5.2. Critério Temporal	459
5.3. Critério Espacial	461
5.4. Critério Pessoal	463
5.5. Critério Quantitativo	465
5.5.1. Base de Cálculo.....	465
5.5.1.1. A quantidade de mercadoria (em desuso).....	465
5.5.1.2. Valor Aduaneiro	466
5.5.1.3. O preço da arrematação (art. 20, III).....	469
5.5.2. Alíquota	470
5.5.2.1. Alíquota incidente em caso de sua majoração no meio do processo de importação.....	471

Capítulo 13

IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

IMPORTAÇÃO (IPI IMPORTAÇÃO)	473
1. IPI e a Importação	473
2. Produto Industrializado	473
3. Regra matriz de incidência tributária	473
3.1. Critério Material	473
3.2. Critério Temporal	475
3.3. Critério Espacial	476
3.4. Critério Quantitativo	476
3.4.1. Base de Cálculo.....	476
3.4.2. Alíquota	476
3.5. Critério Pessoal	476
3.5.1. Sujeito Ativo	476
3.5.2. Sujeito Passivo	476

Capítulo 14

CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP IMPORTAÇÃO E DA COFINS IMPORTAÇÃO	483
1. A instituição das Contribuições	483
2. Hipótese de Incidência Tributária.....	484
2.1. Critério Material	484
2.2. Critério Temporal	485

2.3. Critério Espacial	485
2.4. Critério Subjetivo.....	485
2.5. Critério Quantitativo	486
2.5.1. Base de Cálculo.....	486
2.5.2. Alíquotas.....	487
Capítulo 15	
ICMS IMPORTAÇÃO	489
1. Fundamento constitucional do ICMS Importação	489
2. Histórico	489
3. Regra matriz de incidência tributária	490
3.1. Critério Material	490
3.2. Critério Temporal	491
3.3. Critério Espacial	491
3.4. Critério Pessoal	491
3.4.1. Sujeito Ativo	491
3.4.2. Sujeito Passivo Contribuinte	493
3.5. Critério Quantitativo	494
3.5.1. Base de Cálculo.....	494
3.5.2. Alíquota	496
Capítulo 16	
IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO (IE)	497
1. Histórico do Imposto de Exportação.....	497
2. Base legislativa	497
3. Regra matriz de incidência tributária	498
3.1. Critério material.....	498
3.2. Critério temporal.....	499
3.3. Critério espacial	500
3.4. Critério pessoal.....	500
3.5. Critério quantitativo	500
3.5.1. Base de Cálculo.....	500
3.5.2. Alíquota	501
4. Mapas mentais	503
Referências.....	515